

CONTABILIDADE PÚBLICA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ENTES GOVERNAMENTAIS

PUBLIC ACCOUNTING AND THE CHALLENGES FACED BY GOVERNMENT ENTITIES

Ellen Cristina Mota Barbosa¹
Luana Aparecida Mota Barbosa²
Dênia Aparecida de Amorim³
Mayara Abadia Delfino dos Anjos⁴

RESUMO:

A contabilidade pública é uma área contábil essencial para a boa gestão dos recursos públicos tendo a missão de gerar informações precisas e claras sobre o uso dos recursos financeiros, permitindo que a sociedade e os gestores públicos façam um acompanhamento rigoroso das finanças do Estado. Com base nisso, o estudo objetivou analisar quais os desafios e como eles impactam a contabilidade pública no Brasil. Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica qualitativa e exploratória. Foram identificados entraves como a complexidade do sistema fiscal, a insuficiente capacitação técnica dos profissionais, a resistência à adoção de tecnologias, a subutilização das informações patrimoniais e as dificuldades na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). Os resultados apontaram que, embora haja avanços normativos e técnicos, fatores estruturais, culturais e institucionais ainda limitam a eficácia da contabilidade pública como instrumento de governança e controle social. A superação desses desafios exige uma mudança de paradigma que reposicione a contabilidade como ferramenta estratégica de gestão pública, conectada à participação cidadã e à *accountability*. Assim, ressalta-se que a consolidação da contabilidade pública no Brasil depende não apenas de reformas técnicas, mas também do fortalecimento da cultura organizacional e do investimento contínuo na formação dos agentes públicos.

Palavras-chave: Gestão Fiscal; Transparência; *Accountability*.

ABSTRACT:

Public accounting is an essential accounting field for the sound management of public resources; its mission is to generate accurate and clear information regarding the use of

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP (2025). E-mail: ellenbarbosa@unifucamp.edu.br

² Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP (2025). E-mail: luanabarbosa@unifucamp.edu.br

³ Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Carmelitana Mário Palmério; Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino - IBRA. Graduada em Administração e em Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mário Palmério. E-mail: deniaamorim@hotmail.com

⁴ Doutoranda em Administração pela UFU. Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação pela UFU. Especialista em Gestão Pública pela UFU; em Empreendedorismo e Finanças pela FAVENI; em Gestão, RH e Marketing pela UNIESSA; em Logística pela Faculdade Pitágoras. Bacharel em Administração pela FUCAMP; em Ciências Contábeis e graduada em Pedagogia pela Faculdade Cruzeiro do Sul. E-mail: mayaradelfino@hotmail.com

financial resources, enabling society and public officials to rigorously monitor state finances. Based on this, the study aimed to analyze the challenges and how they impact public accounting in Brazil. To this end, a qualitative and exploratory literature review was conducted. Obstacles were identified such as the complexity of the tax system, insufficient technical training of professionals, resistance to adopting technologies, underutilization of asset-related information, and difficulties in implementing International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). The results indicated that, despite normative and technical advances, structural, cultural, and institutional factors still limit the effectiveness of public accounting as an instrument of governance and social control. Overcoming these challenges requires a paradigm shift that repositions accounting as a strategic tool for public management, connected to citizen participation and accountability. Thus, it is worth noting that the consolidation of public accounting in Brazil depends not only on technical reforms but also on strengthening organizational culture and continuously investing in the training of public officials.

Keywords: Fiscal Management; Transparency; Accountability.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio sob os pontos de vista econômico e financeiro, bem como seus princípios e as técnicas necessárias ao controle, exposição e a análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações (Souza, 2023). Sua origem está ligada à necessidade de registros do comércio, pois, à medida que as pessoas acumulavam bens e valores, precisavam saber quanto isso poderia render e como melhorar sua situação patrimonial, o que levou à criação de registros para lidar com as informações cada vez mais numerosas e difíceis de memorizar, dando início aos primeiros estudos contábeis (Colares *et al.*, 2022).

A ciência contábil pode ser dividida em diversos ramos de conhecimento, com intuito de atender necessidades específicas de cada segmento econômico, como a gerencial, a tributária, a societária, a ambiental, a pública, entre outras, contudo, cada uma delas possui um papel essencial na gestão e controle financeiro das organizações (Oliveira; Santos; Amorim, 2023; Souza, 2024). Assim, a contabilidade pública é uma área contábil essencial para a boa gestão dos recursos públicos tendo a missão de gerar informações precisas e claras sobre o uso dos recursos financeiros, permitindo que a sociedade e os gestores públicos façam um acompanhamento rigoroso das finanças do Estado (Souza *et al.*, 2024).

Adicionalmente, por meio da contabilidade pública é possível analisar as movimentações financeiras da gestão como um todo, permitindo a análise detalhada da forma como os recursos públicos foram utilizados, além da identificação de fraudes e combate à corrupção (Lopes, 2025). Desse modo, a transparência governamental é executada a partir da

discriminação de como o dinheiro público foi aplicado, ou seja, quanto foi investido na saúde, na educação, na ciência e nos outros direitos sociais (Santos, 2025a).

Entretanto, a Contabilidade Pública no Brasil enfrenta desafios que afetam diretamente a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos (Conceição; Izidoro, 2025; Cursino, 2025a). Dentre os principais problemas enfrentados destacam-se a complexidade do sistema fiscal brasileiro, a falta de capacitação dos profissionais da área, a dificuldade de adaptação às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), a falta de transparência na prestação de contas e a resistência à adoção de novas tecnologias, fatores que, prejudicam a qualidade da gestão pública e reduzem a confiança da população nas instituições governamentais (Lopes, 2025).

Com base nisso, o objetivo do estudo foi analisar quais os desafios e como eles impactam a contabilidade pública no Brasil. Assim, a pesquisa se justificou, pois, a adequada contabilização do patrimônio público fornece aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade pública e suas mutações, apoiando o processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas e o suporte necessário para a instrumentalização do controle social (Gonçalves; Lima; Conceição, 2024).

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, na qual foram selecionados estudos anteriores por meio de buscas no Google Acadêmico, para embasamento teórico. O artigo foi dividido em seções, sendo essa introdução, seguida pelo referencial teórico, que apresentou os aspectos relevantes da temática. A terceira seção apresentou a metodologia, enquanto o quarto tópico, apresentou e discutiu os resultados encontrados. Por fim, as Considerações Finais discorreram de forma breve, sobre os achados do estudo.

2 CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL

A contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda, pois, na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um elenco de inventário físico, sem avaliação monetária (Pereira, 2022). Entretanto, a preocupação com as propriedades e o controle da riqueza é uma constante no homem desde a antiguidade, assim, os processos foram se aperfeiçoando e a ciência contábil evoluiu como instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram desenvolvendo-se em dimensão e em complexidade (Paula *et al.*, 2022).

Já, a história da contabilidade no Brasil começou ainda no período Colonial, marcada pelo avanço da sociedade e pela necessidade de um controle contábil com o surgimento das primeiras Alfândegas em 1530, assim, tais fatos demonstraram as primeiras preocupações com a Contabilidade na área comercial e, em 1679, por meio da Carta Régia, foi criada a Casa dos Contos, que era responsável por fiscalizar e processar as receitas e despesas do Estado (Canal, 2022).

Nesse sentido, a Contabilidade Pública no Brasil é um sistema que visa registrar, controlar e demonstrar todos os atos e eventos financeiros, orçamentários e patrimoniais das entidades governamentais, sendo orientada por um conjunto de leis, normas e pareceres emitidos por órgãos especializados (Antunes, 2026). Inclui o monitoramento da arrecadação de receitas, o gerenciamento de despesas, a administração de bens públicos e a realização de auditorias e fiscalizações, visto que essas informações são fundamentais para o planejamento e a tomada de decisões do governo, além de permitir a fiscalização por parte da sociedade e dos órgãos competentes (Souza; Silva Filho, 2023).

Ademais, conforme Antunes (2026), a Legislação Brasileira institui o orçamento como peça fundamental da contabilidade pública, servindo tanto como plano para a execução das políticas públicas, quanto como ferramenta de controle para a própria gestão pública e para a sociedade, além de que, os registros contábeis são regidos principalmente pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Essa Lei tem grande relevância no contexto das finanças públicas, pois estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração, controle dos orçamentos e balanços das entidades públicas, além de enfatizar princípios como a legalidade, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos (Brasil, 1964).

Em concordância, Nascimento (2022) explica que todos os atos da contabilidade pública são regidos pela Lei do Direito Financeiro nº 4.320/1964 e acrescenta que a promulgação da Constituição Federal de 1988 determinou que as finanças públicas estejam em consonância com leis complementares que versem sobre o orçamento público, composto pelas leis estratégicas Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentaria e a Lei Orçamentaria Anual.

Em complemento, a Constituição de 1988 ampliou substancialmente a jurisdição e as competências do Tribunal de Contas da União (TCU), pois delegou a função de auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo, além das atribuições de fiscalização da área contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas (Cardoso Filho, 2025).

Com vistas ao melhoramento legislativo em relação ao setor público, foi aprovada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelecendo normas para a gestão fiscal responsável, impondo limites para endividamento público, controlando os gastos com pessoal e exigindo a transparência na execução orçamentária e financeira (Brasil, 2000). Em consonância com os demais setores, e devido a evolução tecnológica e os movimentos de globalização, a padronização de normas contábeis a nível mundial passou a ser uma necessidade imediata presente também no setor público (Santos, 2025b).

Entretanto, a convergência das normas internacionais implicou em mudanças nas estruturas da profissão contábil, desde a forma de escrituração até nos métodos de ensinos e, devido ao novo perfil e às habilidades exigidas aos contadores, aconteceram mudanças na prática contábil de todas as entidades públicas, fortalecendo a transparência, *accountability*⁵ e governança na gestão pública (Santos *et al.*, 2026).

Assim, no setor público, por iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o Ministério da Fazenda, iniciou-se o movimento pela convergência na área pública, por meio da Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, que estabeleceu as diretrizes sobre o processo de convergência às normas internacionais, trazendo ao setor público a harmonização contábil com um efeito positivo, comprovado a partir da utilização das experiências de normatização ocorridas no setor privado (Carvalho, 2020).

Atualmente, a contabilidade pública brasileira está em fase de modernização, adaptando-se às melhores práticas globais e, para apoio às entidades, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP, define normas e procedimentos cruciais para administrar verbas públicas, trazendo mais clareza e padronização nas demonstrações contábeis, além de ajudar a organizar e fiscalizar as finanças estatais permitindo que os administradores monitorem com mais precisão o uso dos recursos, fomentando a transparência e a responsabilidade financeira (STN, 2023).

Logo, para Gonçalves, Lima e Conceição (2024), a prática contábil adequada ao setor público contribui para a melhoria contínua da transparência, prestação de contas e responsabilização no setor público, assim, melhorar a escrituração contábil patrimonial proporciona informações precisas para a tomada de decisões, fortalece a confiança no serviço público e contribui para uma gestão financeira eficiente e eficaz.

⁵ Responsabilidade ou dever de prestar contas (Mendes; Costa, 2022).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão de literatura, com abordagem qualitativa. O estudo exploratório visou analisar quais os desafios e como eles impactam a contabilidade pública no Brasil. A técnica principal de pesquisa foi a revisão bibliográfica, que ajudou a entender a história da Contabilidade Pública no Brasil, as bases legais e institucionais que a sustentam, além dos principais obstáculos e mudanças nas últimas décadas, especialmente os impactos da convergência às normas internacionais.

Os dados e informações para embasamento teórico foram selecionados a partir buscas no repositório *Google Acadêmico*. A escolha das obras se deu por meio da análise da relevância na atualidade, com foco na Contabilidade Pública, nos desafios e benefícios. Para a seleção e escolha, foram priorizados materiais publicados a partir de 2020, porém, alguns trabalhos anteriores a esse período foram analisados por serem relevantes para a temática e cobrirem a literatura e as mudanças ocorridas após a publicação da Portaria nº 184/2008.

As pesquisas selecionadas seguiram critérios de relevância com o tema, completos, com acesso público. Estudos que não atenderam aos critérios ou sem base técnica e científica foram excluídos. Com base na pesquisa bibliográfica, as informações foram compiladas, alimentando a análise dos principais desafios da contabilidade pública no Brasil. Com isso, foram selecionados 19 estudos anteriores, entre artigos publicados em periódicos científicos e trabalhos de conclusão de curso (teses, dissertações e artigos científicos).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de identificar os desafios da contabilidade pública no Brasil, o Quadro 1 relaciona os 19 estudos analisados para o alcance do objetivo, bem como a relevância de cada pesquisa em relação aos desafios contábeis do setor público.

Quadro 1 - Estudos selecionados para análise.

	AUTORIA	RELEVÂNCIA PARA O ESTUDO
1	Souza, 2024	Foi apresentado desafios para contabilidade pública brasileira no século XXI por meio de um debate teórico acerca da contabilidade pública examinando-se alguns conceitos e práticas frente aos desafios emergentes.
2	Mendes; Costa, 2022	Apresentou discussões sobre a convergência da contabilidade pública no contexto brasileiro, além do processo de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais, verificando os principais normativos relacionados ao mesmo.
3	Jarude, 2023	Esclareceu como a contabilidade aplicada ao setor público apresenta soluções para atender à demanda por informações de qualidade requeridas pelos usuários, buscando padronizar as regras para a apresentação de demonstrações contábeis que evidenciem informações reais, confiáveis e padronizadas geradas pela contabilidade pública, para, como isso, promover a transparência dos resultados orçamentários, financeiros, econômicos e patrimoniais do setor público.

4	Lopes, 2025	Analizou como a transparência na contabilidade pública influencia a gestão fiscal e o controle social no Brasil, além de observar que, embora o Brasil tenha evoluído em termos de legislação e tecnologia, ainda há obstáculos ligados à padronização e à compreensão das informações divulgadas.
5	Silva, 2025	Analizou os aspectos culturais e psicológicos que podem influenciar a percepção dos contadores-chefes e demais profissionais do setor contábil na adoção das IPSAS nas prefeituras brasileiras, identificando uma grande dependência do setor contábil em relação ao suporte terceirizado, um baixo nível de adoção das normas nas prefeituras, além de um conhecimento limitado sobre as normativas e os órgãos responsáveis por liderar o processo.
6	Cursino, 2025b	Analizou os desafios e benefícios da convergência às IPSAS no Brasil, identificando a resistência cultural, a necessidade de capacitação profissional, a harmonização normativa e a adaptação dos sistemas contábeis como maiores desafios, enquanto que os benefícios relevantes foram o aprimoramento da transparência e da prestação de contas, a melhoria da gestão fiscal e o fortalecimento da credibilidade do Brasil perante organismos internacionais.
7	Teixeira, 2026	Investigou o nível de conformidade das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) dos Estados brasileiros e do Distrito Federal às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua relação com o desempenho institucional no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (RQIC), no período de 2019 a 2024, fundamentado na Teoria da Divulgação, o estudo pressupõe que a qualidade, a padronização, a consistência e a divulgação das informações contábeis reduzem a assimetria informacional, fortalecem a transparência, a <i>accountability</i> e a credibilidade das instituições públicas.
8	Sediyama; Aquino; Lopes, 2017	Analizou o efeito de rede na difusão de mudanças compulsórias na gestão financeira de municípios, a partir de uma abordagem institucional, analisou o caso da primeira fase da reforma da contabilidade no setor público, que incluiu a adoção compulsória de um plano de contas contábeis e de relatórios padronizados para toda federação.
9	Nascimento, 2024	Analizou os principais desafios enfrentados pelos contadores em uma entidade pública e, para isso, identificou avanços nas práticas contábeis do órgão, avaliou o impacto das inovações tecnológicas nos processos de controle financeiro e propôs estratégias para aprimorar a eficiência na gestão de recursos públicos.
10	Santos; Peixe, 2022	Avaliou a aplicabilidade da nova contabilidade pública no setor público brasileiro de órgãos federais, demonstrando que o processo de implementação das NBCASP apresentou dificuldades, requerendo esforço dos principais atores envolvidos, com presença de barreiras fora dos departamentos contábeis que precisaram ser superadas em conjunto com gestores e contadores.
11	Santos, 2025a	Construiu um Índice de Transparência das Câmaras Municipais, com base na legislação brasileira, nos manuais de boas práticas e na literatura acadêmica disponível, ressaltou que a transparência refere-se à divulgação periódica e oportuna de informações e dados de qualidade sobre o desempenho de instituições que deve ser acompanhado por mecanismos de contabilidade legítimos e eficazes, proporcionando assim uma base sólida para o controle e participação da sociedade.
12	Santos <i>et al.</i> , 2019	Investigou as percepções e expectativas dos profissionais de contabilidade com relação à implantação das IPSAS, em unidades da Marinha do Brasil (MB), além de tentar compreender as possíveis diferenças existentes entre as percepções dos contadores e a dos profissionais normatizadores da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
13	Guedes, 2022	Analizou, com base nas normas de Contabilidade Pública, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) que orienta as metas e prioridades do Plano Plurianual (PPA) com as obrigações de transparência na gestão do gasto público.
14	Santana, 2020	
15	Nottar, 2022	Identificou os fatores contingenciais que afetam a implantação da contabilidade de custos nas universidades federais brasileiras e analisou como esses fatores influenciam sua adoção.
16	Pinheiro; Serra; Schmidt, 2026	Abordou a transformação da contabilidade pública brasileira diante das inovações tecnológicas, destacando o papel da digitalização, da transparência fiscal e do uso de <i>blockchain</i> na modernização da gestão pública, demonstrando a evolução de registros rudimentares para sistemas digitais normatizados, fortalecendo a governança e o controle social.

17	Santos, 2026	Analisou a contribuição da auditoria governamental para a consolidação da responsabilidade fiscal no município de Delmiro Gouveia (AL), com o objetivo de verificar de que forma os mecanismos de controle interno e externo influenciam o cumprimento dos limites fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
18	Monte, 2026	Analisou as impropriedades ensejadoras de reprovação das contas de governo dos municípios piauienses pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no período de 2020 a 2022, com foco no aprimoramento da gestão pública, partindo-se da premissa que o controle externo previsto na Constituição Federal de 1988 é elemento essencial para resguardar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência da Administração Pública.
19	Mathias, 2025	Investigou o problema da imprecisão nos planejamentos orçamentários municipais e suas consequências para a efetividade das políticas públicas e para o fortalecimento do controle social, partindo do pressuposto de que o planejamento das políticas públicas está intrinsecamente vinculado à previsão adequada de receitas e despesas nos instrumentos orçamentários – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, especialmente, Lei Orçamentária Anual (LOA) – que constituem a base para a concretização das escolhas coletivas no Estado Democrático de Direito.

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A contabilidade pública no Brasil sofre com desafios persistentes, sobretudo no que diz respeito à modernização de seus processos e ao controle fiscal eficiente (Souza, 2024). Mendes e Costa (2022) indicam que as inovações na contabilidade pública brasileira, como a digitalização e a padronização dos registros contábeis, encontraram barreiras como a fragmentação de sistemas, a resistência institucional e a desintegração dos entes federativos, o que, se não solucionado, tende a comprometer a transparência e, para a sociedade, torna-se mais difícil acompanhar as informações relevantes e cumprir com a prerrogativa da participação e controle social.

A complexidade do sistema tributário brasileiro torna o processo contábil lento e ineficiente, enquanto a escassez de profissionais qualificados e a falta de atualização impactam diretamente a qualidade dos relatórios financeiros (Jarude, 2023). Assim, a escassez de formação específica para a contabilidade pública é um dos maiores desafios enfrentados, além de que, a adaptação parcial às IPSAS comprometeu a transparência e a comparabilidade das informações durante o processo de convergência (Lopes, 2025). Outro aspecto é a resistência à tecnologia que impede a melhoria dos processos, logo, esses problemas resultam em maior custo e dificultam a prestação de contas, afetando a gestão dos recursos públicos (Silva, 2025).

Contudo, a convergência da contabilidade pública para as Normas Internacionais de Contabilidade foi um grande marco na tentativa de tornar as demonstrações do setor público mais comparáveis e congruentes, o que é relevante tanto para estudos em nível global quanto para o próprio desenvolvimento da ciência contábil (Cursino, 2025b). Entretanto, Teixeira (2026) indicou que o progresso foi lento e assimétrico, iniciando com a harmonização e evoluindo para a convergência contábil, com distorções graves de qualidade nas informações

prestadas, porque os estados e municípios lidaram com desafios técnicos e práticos para incorporar os novos procedimentos contábeis à realidade local.

De acordo com Cursino (2025b), um dos problemas mais evidentes do cenário da convergência foi a subutilização da informação patrimonial, que deveria ser um dos focos das Normas Contábeis, pois, em diversas instituições públicas que passaram pelo processo de convergência, a informação patrimonial é pouco utilizada em prol da tomada de decisão, sendo vista basicamente como um registro contábil obrigatório. Além disso, Sedyama, Aquino e Lopes (2017) indicaram que o processo de implantação da convergência contábil nos municípios e entes públicos em geral foi impulsionado por fornecedores de *softwares*, e não como um ato reflexivo e planejado das prefeituras.

Outro fator a ser considerado e que ainda impacta a contabilidade pública é a falta de capacitação do público em geral, visto que o Brasil carece de formação e capacitação específica e contínua em contabilidade pública (Lopes, 2025). A classificação incorreta dos registros é um obstáculo adicional para uma interpretação correta das informações contábeis e extra contábeis para a adoção de medidas que maximizem o interesse social (Nascimento, 2024).

Nesse contexto, Santos e Peixe (2022) destacaram a atuação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que, a partir de 2016, intensificou suas ações de capacitação e apoio técnico aos entes federativos com o objetivo de fortalecer a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), por meio de seminários, cursos e oficinas técnicas organizadas em conjunto com Tribunais de Contas, associações municipalistas e escolas de governo, em busca de oferecer condições de qualificação compatíveis com a realidade administrativa dos entes governamentais, respeitando as limitações orçamentárias e a infraestrutura tecnológica disponível em cada localidade.

Essas ações da STN contribuíram para a disseminação das práticas contábeis modernas no setor público e para o fortalecimento das capacidades institucionais nos níveis locais de governo, além de que, os esforços promovidos pelos órgãos federais, que incentivaram ou impuseram a capacitação, contribuíram para muitos dos avanços na disseminação dos preceitos da contabilidade moderna (Santos, 2025a).

Contudo, os entes governamentais tiveram dificuldades em superar os obstáculos estruturais, e seu impacto prático foi condicionado por problemas de natureza distinta, visto que a baixa interoperabilidade dos sistemas, a rotatividade do pessoal e a escassez de servidores efetivamente qualificados, entre outros fatores, não permitiram que os conhecimentos ministrados ficassem definitivamente incorporados no funcionamento das administrações, ou

seja, esses conhecimentos contábeis não eram usados efetivamente no dia a dia da gestão patrimonial (Santos *et al.*, 2019).

Ademais, a passagem do modelo orçamentário para um modelo patrimonial transparente e gerencial implicou em uma necessidade premente de conhecimentos contábeis específicos e em ações de governança que o órgão público deveria executar e, as quais a contabilidade ainda não estava preparada (Lopes, 2025). Conforme Guedes (2022), o orçamento corresponde a um instrumento de planejamento e também de controle e prestação de contas e, quando bem estruturado, permite que a contabilidade se expresse de maneira mais clara quanto aos compromissos do ente público com a sociedade.

Entretanto, para a consolidação da contabilidade pública como instrumento de gestão eficiente depende-se do fortalecimento dos controles internos nos entes públicos brasileiros e do conhecimento técnico das normas contábeis aplicadas ao setor público (Santana, 2020). Porém, verifica-se que em muitos entes públicos o órgão de controle interno é meramente formal e pouco efetivo, logo, do ponto de vista dos controles internos, a gestão torna-se reativa, corrigindo desvios meses ou até anos depois de consumados, ao invés de detectar riscos e prospectar melhorias nos processos em tempo real (Padoan; Langame; Loiola, 2023).

Além disso, um fator raramente debatido, mas profundamente impactante, é a cultura organizacional que orienta a administração pública, pois ela tende a enxergar a contabilidade como um fim para cumprimento da legislação e, dessa maneira, nunca é vista como uma forma de melhorar os resultados, além da presença da forte resistência às mudanças, circunstância que dificulta a inovação e, gradativamente, desvaloriza os profissionais contábeis (Nottar, 2022).

Outro aspecto da inovação contábil é o conceito de *accountability* que ainda está superficialmente implementado no Brasil, ou seja, mesmo que dados fiscais acessíveis ao público sejam gerados, eles frequentemente não são compreendidos, sendo vistos como distantes da maioria da população, o que dificulta a participação cidadã em um nível adequado ao mundo moderno, logo, a *accountability* exige clareza na linguagem, acessibilidade da informação e envolvimento da sociedade no uso crítico dos dados públicos (Padoan; Langame; Loiola, 2023).

Assim, por meio de diversas regulamentações e avanços normativos, o Brasil aderiu as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, no entanto, essa inovação ainda coexiste com uma cultura organizacional que opera sob a lógica do cumprimento formal de prazos e formatos, visando exclusivamente à prestação de contas (Nottar, 2022). Contudo, mesmo com as inovações ocorridas no setor, a contabilidade pública permanece estagnada do

ponto de vista cultural e, enquanto tal situação não for modificada, ela não atingirá seu potencial máximo como ciência orientada à boa governança (Mendes; Costa, 2022).

Apesar das barreiras culturais, a contabilidade pública atingiu um novo patamar tecnológico após a convergência, consolidando um paradigma informacional mais tempestivo e auditável, no qual os profissionais contábeis assumem funções estratégicas na governança pública (Pinheiro; Serra; Schmidt, 2026). Logo, é necessário romper as barreiras culturais de resistência para que as práticas contábeis possam fornecer opções claras de combate à corrupção por meio do controle social (Lopes, 2025).

Já, a auditoria governamental, especialmente a realizada por órgãos externos, tem papel essencial no aprimoramento da contabilidade pública, entretanto, sua eficácia está diretamente relacionada à qualidade dos dados contábeis que recebe, visto que muitos dos relatórios enviados aos Tribunais de Contas são desprovidos de fidedignidade ou entregues fora do prazo legal, o que reduz sua utilidade quanto ao propósito de controle e correção (Santos, 2026; Monte, 2026).

Outro ponto relevante é a pouca articulação entre a contabilidade pública, o interesse dos gestores públicos e os mecanismos de orçamento participativo, que poderiam reforçar a legitimidade democrática do processo orçamentário e qualificar os dados contábeis a partir da escuta das demandas sociais (Mathias, 2025). Em geral, o orçamento é elaborado de forma verticalizada, tecnocrática e sem participação popular efetiva, silenciando a alocação de recursos em relação às reais necessidades da população, assim, a contabilidade pública perde a oportunidade de atuar como mediadora entre os dados e os desejos da sociedade (Monte, 2026).

Porém, quando a elaboração orçamentária e a contabilidade públicas se associam a processos participativos, elas tornam-se instrumentos de empoderamento dos cidadãos, conferindo sentido e efetividade ao controle social e à aplicação ética dos recursos públicos (Mathias, 2025). Contudo, o que se perpetua é um cenário em que a contabilidade pública permanece restrita aos especialistas, quando deveria ser uma linguagem acessível, que todos compreendem e vivenciam, ademais, essa mudança só será possível com um esforço conjunto entre escolas, universidades, governos e órgãos de controle, para que a informação contábil sirva como base para uma sociedade mais justa, transparente e participativa (Padilha, 2025).

Por último, Lopes (2025) destaca que são inquestionáveis os avanços normativos e técnicos observados em Contabilidade Pública no Brasil, porém esses avanços precisam ser consolidados em práticas efetivas, e a existência de normas e sistemas é insuficiente para a melhoria da gestão fiscal, vista que essa última exige comprometimento político, formação

continuada dos servidores e uma cultura de controle, o que demonstra que o desafio não é apenas técnico.

Assim, com base nos 19 estudos analisados, o Quadro 2 apresenta a síntese dos achados em relação aos desafios da contabilidade pública no Brasil.

Quadro 2 – Principais desafios da Contabilidade Pública no Brasil.

DESAFIO	SÍNTESE DO PROBLEMA IDENTIFICADO	PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS	ESTUDOS
Modernização dos processos contábeis	Persistem dificuldades na modernização dos processos e no controle fiscal eficiente, especialmente em razão da fragmentação dos sistemas e da resistência institucional.	Redução da eficiência, transparência e capacidade de controle social.	Souza (2024); Mendes e Costa (2022)
Fragmentação e baixa interoperabilidade dos sistemas	Os sistemas utilizados pelos entes públicos apresentam baixa integração e interoperabilidade.	Dificulta o compartilhamento de informações e a incorporação dos conhecimentos contábeis à gestão cotidiana.	Mendes e Costa (2022); Santos <i>et al.</i> (2019)
Resistência institucional e cultural à mudança	A cultura organizacional tende a tratar a contabilidade como instrumento para cumprimento formal da legislação, havendo resistência à inovação.	Limita a melhoria dos resultados, a inovação e o aproveitamento estratégico da informação contábil.	Nottar (2022); Mendes e Costa (2022)
Escassez e capacitação insuficiente de profissionais	Há carência de profissionais qualificados e de formação específica e contínua em Contabilidade Pública.	Compromete a qualidade dos registros, relatórios e processos de gestão.	Jarude (2023); Lopes (2025)
Atualização profissional insuficiente	A falta de atualização dos profissionais dificulta a adaptação às mudanças normativas e tecnológicas.	Pode comprometer a qualidade das informações financeiras e a gestão dos recursos públicos.	Jarude (2023); Lopes (2025)
Adaptação incompleta às IPSAS	A convergência às normas internacionais ocorreu de maneira parcial, lenta e assimétrica.	Compromete a transparência, a comparabilidade e a qualidade das informações contábeis.	Lopes (2025); Teixeira (2026)
Dificuldades técnicas na convergência contábil	Estados e municípios enfrentaram dificuldades para incorporar os novos procedimentos contábeis às suas realidades locais.	Produção de informações com distorções de qualidade e diferentes níveis de implementação.	Teixeira (2026)
Subutilização da informação patrimonial	A informação patrimonial ainda é utilizada, em muitos casos, apenas como registro obrigatório, sem aplicação efetiva na tomada de decisões.	Reduz o potencial estratégico da Contabilidade Pública para a gestão patrimonial.	Cursino (2025b)
Implantação pouco planejada dos sistemas contábeis	A implantação da convergência contábil em municípios foi, em determinados casos, impulsionada por fornecedores de software, em vez de decorrer de planejamento institucional.	Pode gerar adoção meramente operacional das mudanças contábeis.	Sediyama, Aquino e Lopes (2017)
Classificação inadequada dos registros	Erros na classificação dos registros dificultam a interpretação das informações contábeis e extracontábeis.	Prejudica a tomada de decisões voltadas ao interesse social.	Nascimento (2024)

Baixa incorporação das capacitações à rotina administrativa	Apesar das ações de capacitação, problemas estruturais, rotatividade e falta de servidores qualificados dificultam a aplicação prática dos conhecimentos.	Os conhecimentos adquiridos não são plenamente incorporados à gestão patrimonial.	Santos <i>et al.</i> (2019); Santos (2025a)
Transição para um modelo patrimonial e gerencial	A mudança do modelo predominantemente orçamentário para um modelo patrimonial e gerencial exige conhecimentos específicos e novas práticas de governança.	Dificuldades para utilizar a contabilidade como instrumento efetivo de gestão.	Lopes (2025)
Fragilidade dos controles internos	Em muitos entes públicos, o controle interno possui caráter meramente formal e apresenta baixa efetividade.	Os problemas são identificados tardiamente, dificultando a prevenção de riscos e a melhoria dos processos.	Santana (2020); Padoan, Langame e Loiola (2023)
Baixa efetividade da <i>accountability</i>	Embora existam dados fiscais disponíveis, eles frequentemente não são compreendidos pela população.	Limita a participação cidadã e o controle social.	Padoan, Langame e Loiola (2023)
Acessibilidade limitada da informação contábil	As informações permanecem excessivamente técnicas e restritas aos especialistas.	Dificulta a compreensão e a participação da sociedade na gestão pública.	Padoan, Langame e Loiola (2023); Padilha (2025)
Deficiências na auditoria governamental	A efetividade da auditoria depende da qualidade dos dados recebidos, mas há relatórios sem fidedignidade ou entregues fora do prazo.	Reduz a capacidade dos órgãos de controle de corrigir falhas e aprimorar a gestão.	Santos (2026); Monte (2026)
Baixa articulação com o orçamento participativo	A contabilidade pública apresenta pouca integração com os interesses dos gestores e os mecanismos de participação popular.	Perde-se a oportunidade de aproximar os dados contábeis das necessidades sociais.	Mathias (2025); Monte (2026)
Orçamento verticalizado e tecnocrático	A elaboração orçamentária ocorre, em geral, sem participação popular efetiva.	Pode afastar a alocação de recursos das necessidades reais da população.	Monte (2026)
Distanciamento entre avanços normativos e prática	O Brasil apresentou avanços normativos e técnicos, mas normas e sistemas ainda não são suficientes para garantir práticas efetivas.	Persistem problemas na gestão fiscal, no controle e na governança pública.	Lopes (2025)
Necessidade de fortalecimento da cultura de controle	A consolidação da Contabilidade Pública exige comprometimento, formação continuada e uma cultura organizacional voltada ao controle.	Sem essas mudanças, os avanços técnicos e normativos permanecem limitados.	Lopes (2025)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2026.

O Quadro 2 evidenciou que os desafios da Contabilidade Pública no Brasil não são exclusivamente técnicos ou tecnológicos, pois, embora existam avanços relacionados à convergência às normas internacionais, à digitalização, à padronização e à capacitação, permanecem obstáculos institucionais, culturais, profissionais e estruturais (Lopes, 2025; Teixeira, 2026). Entre os problemas mais recorrentes destacam-se a resistência às mudanças, a insuficiência de capacitação, a baixa interoperabilidade dos sistemas, a fragilidade dos controles

internos, a utilização limitada das informações patrimoniais e o distanciamento entre a informação contábil e a sociedade (Nottar, 2022); Mendes; Costa, 2022; Jarude, 2023; Lopes, 2025).

De acordo com Santos e Peixe (2022), a implantação das Normas Internacionais no Setor Público gerou desafios em relação aos sistemas de gestão, aos inventários, em itens antigos, nos procedimentos em uso, na responsabilidade externa, na falta de pessoal capacitado, em questões operacionais, na complexidade das informações, na descentralização em relação aos demais setores geradores de informações, na falta de treinamento e de recursos e, apesar de todos os obstáculos os entes públicos tiveram que se adaptar para cumprir com a legislação vigente.

Assim, o principal desafio identificado na literatura analisada é transformar os avanços normativos e tecnológicos em práticas efetivas de gestão, transparência, controle e participação social, fazendo com que a Contabilidade Pública deixe de ser percebida apenas como instrumento de cumprimento legal e passe a atuar de forma estratégica na governança pública. Portanto, a contabilidade pública, embora essencial para a gestão governamental, ainda enfrenta obstáculos para ser utilizada de forma efetiva, com desafios que vão desde a subutilização do reconhecimento contábil, até a resistência por parte dos gestores e servidores públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade pública encontra-se em processo de constante transformação no Brasil. Pressionada tanto por necessidades de transparência e eficiência na gestão do dinheiro público quanto por influências nacionais e internacionais, essa área se caracteriza por inovações técnicas e adaptações constantes promovidas pela convergência às IPSAS. Diante disso, a modernização contábil ainda encontra desafios estruturais, especialmente em relação aos municípios, que quanto menor, maior é a dificuldade técnica de atuação. Há subutilização da informação patrimonial e deficiência na autonomia técnica das administrações locais, pois, antes da convergência, o foco público era quase exclusivamente nas informações orçamentárias.

Além disso, a formação e a capacitação dos agentes que trabalham na área se mantêm como uma restrição, pois a contabilidade aplicada ao setor público é pouco atrativa quando se cita a profissionalização. Superar esses desafios demanda ajustes técnicos e uma transformação política que implemente práticas que garantam a boa governança e atendam os princípios democráticos. Isso implica, ainda uma mudança de foco na Contabilidade Pública que a recoloca no centro do ciclo de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas. Ou

seja, enquanto essa área for apenas um instrumento legal de registro e controle de dinheiro, ela continuará distante do seu potencial de tornar a gestão fiscal compreensível e transparente ao público.

Neste sentido, a contabilidade pública no Brasil passa por uma fase transformacional, por isso, consolidar essas tendências será crucial para que alcance sua finalidade de permitir o monitoramento da gestão fiscal de forma responsável e transparente pela sociedade. As instituições têm avançado com as condições normativas, agora é preciso transformar esse avanço das normas em prática efetiva.

O estudo mostrou que, apesar dos avanços nas normas e em novas capacitações, as barreiras estruturais, culturais e tecnológicas impedem a contabilidade pública de fazer pleno uso de seu potencial estratégico. Dentre os principais achados, é notável que a transformação da contabilidade governamental não depende apenas de normas e sistemas, mas de mudanças de cultura e valorização profissional.

Não obstante, o estudo apresentou como limitação o método de pesquisa, pois ao realizar apenas a revisão bibliográfica, os achados se limitaram apenas aos textos analisados, logo, sugere-se para pesquisas futuras o desenvolvimento de estudos de casos que analisem situações reais em relação aos obstáculos e desafios enfrentados pela contabilidade pública no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Thais Coelho. A diferença entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada. **Revista ft**, v. 30, n. 156, p. 01-16, 2026. Disponível em: <https://www.revistaft.com/ft/article/view/89>. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

CANAL, Daiane Domingos. **Contabilidade Digital 4.0** – a contabilidade moderna como ferramenta gerencial aplicada a uma empresa do ramo industrial-comercial de SC. 2021. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/server/api/core/bitstreams/1aa25cfc-0587-4455-864e-efd0e8009e05/content>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CARDOSO FILHO, Sérgio Roberto Pereira. **Legitimidade e limites da atuação do Tribunal de Contas da União – TCU na área da saúde suplementar**: o controle exercido sobre os atos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. 2025. 112 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/3895/2/S%c3%a9rgio%20Roberto%20Pereira%20Cardoso%20Filho.pdf>. Acesso em: 24 set. 2026.

CARVALHO, Danielle Rangel Pinheiro. **Análise da Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**: um Estudo de Caso no Estado do Rio de Janeiro. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/21736/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Danielle%20Rangel%20Pinheiro%20Carvalho%20-%202020%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 24 set. 2026.

COLARES, Samuel Rodrigues; SILVA, Alexandre Danley Falcon Souza da; SANTOS, Maria Carolina de Carvalho do; ROBERTO, José Carlos Alves; CAVALCANTE, Zuila Paulino. A evolução da contabilidade no Brasil e sua relevância para os negócios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 7, n. 11, p. 18-24, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/evolucao-da-contabilidade>. Acesso em: 24 jul. 2026.

CONCEIÇÃO, Vitória Letícia Gomes da; IZIDORO, Jucicléia Teodoro de Lima. Os desafios da Contabilidade Pública na gestão do orçamento público para a efetividade e transparência dos gastos governamentais. **Revista Foco**, v. 18, n. 10, p. 1-29, 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10125/7147>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CURSINO, Adélia Marina de Campos. Planejamento, orçamento e gestão fiscal no setor público brasileiro: impactos na contabilidade pública. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 4, p. 1-17, 2025 (a). Disponível em: <http://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7904/5497>. Acesso em: 27 jul. 2026.

_____. Os desafios e benefícios da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) no Brasil. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 4, p. 16.558-16.573, 2025 (b). Disponível em: <http://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4284/5730>. Acesso em: 25 set. 2026.

GONÇALVES, Marivaldo; LIMA, Caroline Dayane Silva de; CONCEIÇÃO, Roberta Dalvo Pereira da. Panorama da escrituração contábil patrimonial no setor público: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Igapó – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM**, v. 18, n. Ed. Especial, p. 314-338, 2024. Disponível em: <https://igapo.ifam.edu.br/index.php/igapo/article/view/431/406>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GUEDES, Arthur Guilherme Marques. **Orçamento Público como Instrumento de Planejamento e Controle na Gestão Municipal**. 2022. 49 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/ed4eff7d-cd4c-4fa3-808e-c807d9a18f92/content>. Acesso em: 25 set. 2026.

JARUDE, Jamile Nazaré Duarte Moreno. **O Governo Aberto (*Open Government*) no Brasil sob a perspectiva da análise econômica do direito:** a busca por transparência, *accountability* e participação social por meio de inovações tecnológicas em uma democracia complexa. 2023. 204 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Marília, Marília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/server/api/core/bitstreams/d048e2e7-8c46-4ffb-ba87-3e90181b0089/content>. Acesso em: 24 set. 2026.

LOPES, Dalyanne Beatriz Nunes. **A transparência na Contabilidade Pública e seu impacto na gestão fiscal e controle social no Brasil:** um estudo de caso. 2025. 80 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/bitstream/tede/2800/5/Monografia%20Completa.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MATHIAS, Rodrigo dos Santos. **Orçamento Público Municipal:** diretrizes para um planejamento mais assertivo e aderente às políticas públicas. 2025. 311 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/4151/1/Rodrigo%20dos%20Santos%20Mathias.pdf>. Acesso em 28 set. 2026.

MENDES, Alinie Rocha; COSTA, Abimael de Jesus Barros. Inovações na contabilidade pública e controle governamental no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade – RAGC**, Monte Carmelo, v. 10, n. 44, p. 146-161, 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2731>. Acesso em: 24 set. 2026.

MONTE, Mariana Campelo. **Impropriedades ensejadoras de reprovação de contas de governo no TCE/PI (2020 a 2022):** um aprimoramento da gestão pública. 2026. 79 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2026. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/bitstream/tede/3446/2/Monografia%20Completa.pdf>. Acesso em: 28 set. 2026.

NASCIMENTO, Edmilson. O papel da Contabilidade na Administração Pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 379-387, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6510/2520>. Acesso em: 30 jul. 2026.

NASCIMENTO, Lucas Tenório do. **Os desafios da adaptação as normas da contabilidade pública:** um estudo de caso do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas. 2025. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/16788>. Acesso em: 25 set. 2026.

NOTTAR, Daiane Inácio da Silva. **Contabilidade de Custos no Setor Público:** fatores contingenciais que afetam sua implantação nas universidades federais brasileiras. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5995/5/Daiane_Nottar2022.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

OLIVEIRA, Maria Abadia de; SANTOS, Maria Gabriela Amorim; AMORIM, Dênia Aparecida de. Contabilidade: da evolução histórica à adaptação tecnológica. **GETEC**, v. 12, n. 41, p. 20-38, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3085>. Acesso em: 24 jul. 2026.

PADILHA, Rhafael. Contabilidade pública brasileira em foco: avanços, desafios e o papel estratégico da profissão. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 274, p. 5-10, 2025. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2025/09/RBC274_jul_ago.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

PADOAN, Fátima Aparecida da Cruz; LANGAME, Alysson Rafael; LOIOLA, Jennifer Fernanda Damasceno. A importância da contabilidade e auditoria governamental na busca pela transparência pública. **Revista Acadêmico Mundo** – RAM Digital, Salvador, v. 11, n. 16, dez. 2023. Disponível em: <https://www.academicomundo.com/revista-digital/edi%C3%A7%C3%B5es/anteriores/ano-xi-n%C2%BA-16-dezembro-de-2023-salvador-ba>. Acesso em: 25 maio 2025.

PAULA, Fabiene Ferreira Souza; MOURA, Gabriel Ricardo de; MATOS, Maiara Silva de; SOUZA, Renata Maura de; SANTOS, Jacyara Aline Moreira. Panorama sobre a história e evolução da contabilidade no Brasil. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 1-52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/207>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PEREIRA, Elaine Menezes do Carmo. **A contabilidade como ferramenta para tomar decisões**. 2022. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Centro Universitário São José, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://saojose.br/wp-content/uploads/2023/01/ELAINE-MENEZES-DO-CARMO-PEREIRA.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PINHEIRO, Andressa da Silva; SERRA, Grécia Guieiro Serra; SCHMIDT, Cristina. A evolução da contabilidade pública na era digital. **Revista Brasileira de Desenvolvimento e Inovação**, v. 3, n. 5, 2026. Disponível em: <https://rbdin.com.br/index.php/revista/article/view/76/85>. Acesso em: 28 set. 2026.

SANTANA, Chiara Fernanda Gomes. A Contabilidade Pública como instrumento de controle social. **REPAAE**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 52-63, 2020. Disponível em: <https://repae-online.com.br/index.php/REPAAE/article/view/208/pdf>. Acesso em: 25 set. 2026.

SANTOS, Cristiane Gomes dos; UCHÔA, Edna Alves; SILVA, Leidiane Sara José; MATTOS, Susan Karla Acosta de. O Papel das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público (IPSAS) na Transparência e Governança da Gestão Pública. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 34, p. 1-17, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/generate/pdf_zenodo/pub_780799917.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

SANTOS, Jaciara. Auditoria Governamental e Responsabilidade Fiscal: Estudo de Caso no Município de Delmiro Gouveia (AL). **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 31, p. 1-12, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/generate/pdf_zenodo/pub_774861071.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

SANTOS, Marcos Roberto dos; PEIXE, Blênio Cezar Severo. Implementação da Nova Contabilidade Pública na Administração Pública Federal - sob a ótica da avaliação dos relatórios de gestão dos anos de 2018 até 2020. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/29569/25629>. Acesso em: 25 set. 2026.

SANTOS, Maria de Fátima Bandeira dos; SILVA, Anderson Chave da; SILVA, Cleia Maria da; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Implantação das IPSAS: Percepções e expectativas dos profissionais contábeis de um Órgão Setorial de Contabilidade. *In: Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 43, 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EnANPAD, 2019. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjY0OTI=.. Acesso em: 24 set. 2026.

SANTOS, Ryan Marques. **A evolução da contabilidade no Brasil com foco na regulamentação e na tecnologia**. 2025. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025 (b). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/45755/1/EvolucaoContabilidadeBrasil-pdf.pdf>. Acesso em: 23 set. 2026.

SANTOS, Thamara Marcos dos. **Transparência governamental: uma proposta de criação de um índice para as câmaras municipais**. 2025. 97 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025 (a). Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/79831/1/2025_dis_tmsantos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

SEDIYAMA, Gislaine Aparecida Santana; AQUINO, André Carlos Busanelli de; LOPES, Gabriela Brandão. A difusão das mudanças na contabilidade pública em municípios. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 78-100, 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4656>. Acesso em: 24 set. 2026.

SILVA, Maysa Alves Correa. **Aspectos culturais e psicológicos na adoção das IPSAS em municípios brasileiros**. 2025. 101 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/a007e3db-6be4-44ed-b3a3-502f7a1f46cc/content>. Acesso em: 24 set. 2026.

SOUZA, Ailton. Desafios para Contabilidade Pública Brasileira no Século XXI: algumas diretrizes. **Multitemas**, Campo Grande, v. 29, n. 72, p. 23–42, 2024. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/4330/3011>. Acesso em: 24 set. 2026.

SOUZA, Karina Santos de; ALVES, Adenes Teixeira; PEREIRA, Bartolomeu Miranda; CARMO FILHO, Manoel Martins do; NEGREIROS, Miguel Carlos Viana. A percepção dos alunos de Ciências Contábeis acerca da importância da Contabilidade Pública no gerenciamento de empresas públicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 2945-2959, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17027/10003>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SOUZA, Lais Coelho. **A influência da tecnologia na contabilidade**. 2023. 63 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,

Contagem, 2023. Disponível em:

<https://bib.pucminas.br/pergamumweb/vinculos/0000bc/0000bcb8.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SOUZA, Marcos Paulo; SILVA FILHO, Afonso Pereira da. Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/4238/2976>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SOUZA, Priscila Batista do Nascimento. **A participação dos contadores brasileiros na Agenda ESG**. 2024. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/aaf6d9e5-d3c6-4dc3-a4e8-42dcfa41fe2a/content>. Acesso em: 24 jul. 2026.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público: MCASP**. 10. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2023. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/48458>. Acesso em: 21 out. 2025.

TEIXEIRA, Rafael de Paula. **Conformidade das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público nos Estados e Distrito Federal e sua relação com o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal**. 2026. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2026. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/48481/1/ConformidadeDemonstra%c3%a7%c3%b5esCont%c3%a1beis.pdf>. Acesso em: 25 set. 2026.